



Desenvolvimento e Direitos Humanos

A SITUAÇÃO DOS IDOSOS EM VÁRIOS PAÍSES DA OCDE





ÍNDICE

ÍNDICE	2
PLANIFICAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	5
PAÍSES EM ESTUDO (PERTENCENTES À OCDE)	6
FUNDAMENTAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO TEMA NOS CONTEÚDOS DA DISCIPLINA (12º ANO)	7
<i>Crescimento e Desenvolvimento</i>	7
<i>Mundialização</i>	8
<i>Fluxos de Informação</i>	9
<i>Direitos Humanos</i>	9
DESENVOLVIMENTO	11
QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA POBREZA?	11
<i>Pobreza - exclusão e tensões (introdução ao tema)</i>	11
<i>Desenvolvimento humano para erradicar a pobreza</i>	12
QUE DADOS EXISTEM SOBRE A POBREZA NOS PAÍSES AO NÍVEL DOS DADOS DA O.C.D.E. [IDH, IPH-2]? EXISTEM OU NÃO DIFERENÇAS ENTRE ELES?	15
<i>Portugal face à UE</i>	15
EXISTEM OU NÃO DIFERENÇAS ENTRE ESTES PAÍSES AO NÍVEL DOS DADOS DA POBREZA?	11
<i>Análise dos dados referentes aos países da OCDE</i>	17
UMA NOVA PREOCUPAÇÃO DOS ESTADOS: O ENVELHECIMENTO	27
SERÃO OS IDOSOS PARTICULARMENTE ATINGIDOS POR ESTE FENÓMENO?	29
<i>Velhice</i>	30
<i>Reforma</i>	31



<i>Formas de entender a solidariedade.....</i>	<i>32</i>
Modelo Anglo-Saxónico (Reino Unido e EUA)	32
Modelo da Alemanha e Suécia.....	32
Modelo Francês	32
<i>Estudo pormenorizado sobre cada país.....</i>	<i>34</i>
Itália.....	34
E.U.A.....	35
Portugal.....	37
França	40
Alemanha.....	43
Dinamarca.....	47
Suécia.....	51
QUAIS OS DIREITOS QUE PROTEGEM OS IDOSOS?	55
<i>Direitos dos Idosos.....</i>	<i>55</i>
<i>Medidas de apoio aos idosos.....</i>	<i>56</i>
CONCLUSÃO.....	61
EM RELAÇÃO À POBREZA	61
EM RELAÇÃO AOS IDOSOS.....	62
BIBLIOGRAFIA.....	64
NETOGRAFIA.....	65
AUTO-AVALIAÇÃO.....	67
HETERO-AVALIAÇÃO	67



PLANIFICAÇÃO

Com a finalidade de estabelecermos, ao longo do trabalho, uma ideia relativa aos prazos que serão inevitáveis cumprir, idealizámos uma planificação onde atribuímos um período de tempo limitado para a realização de cada uma das etapas do nosso trabalho.

Será desta forma que iremos, à partida, gerir o nosso tempo.

Data	Actividades a Realizar
16/04/07	Distribuição de tarefas pelos vários elementos do grupo.
23/04/07	Pesquisa em diversos livros com o objectivo principal de enriquecer a bibliografia.
12/05/07	Pesquisa de informação sobre programas e medidas de apoio a idosos.
19/05/07	Organização das medidas para integração dos idosos nos países em análise.
21/05/07	Conclusão do trabalho de grupo: organização do <i>portfolio</i> .
25/05/07	Entrega do trabalho de grupo.
29/05 e 31/05/07	Preparação para a apresentação oral.
01/06 a 04/06/07	Apresentação oral do trabalho de grupo.



INTRODUÇÃO

No âmbito da disciplina de Economia C, desenvolvemos um tema por nós escolhido, cujo título foi «Pobreza nos países ricos?».

No entanto, este tema (a pobreza nos países ricos) não deve ser estudado apenas pela Economia, mas também por outras ciências sociais, tais como a Política, a História, a Sociologia, a Demografia, ...uma vez que este é um tema multifacetado, pluridimensional e total.

No 1º período, elaborámos pesquisas com o intuito de responder à primeira e segunda questões orientadoras:

- Quais as consequências da pobreza?
- Que dados existem sobre a pobreza nos países da OCDE?

Uma vez abordadas estas questões, fundamentámos novas perguntas no 2º período:

- Existem ou não diferenças entre estes países ao nível dos dados da pobreza? Ou seja, a análise de dados.
- Serão os idosos particularmente atingidos por este fenómeno?

Por fim, no 3º período, aprofundámos o estudo da quarta questão e também responder à seguinte pergunta:

- Quais os direitos que protegem os idosos?

No desenrolar deste trabalho tentámos obter dados o mais recentes possíveis para o estudo dos países em abordagem.



Países em estudo (pertencentes à OCDE)

- | | | |
|-------------|--------------|---------------|
| * Alemanha | * Finlândia | * Noruega |
| * Austrália | * França | * Portugal |
| * Bélgica | * Holanda | * Reino Unido |
| * Canadá | * Irlanda | * Suécia |
| * Dinamarca | * Itália | * Suíça |
| * E.U.A. | * Japão | |
| * Espanha | * Luxemburgo | |



Fundamentação da importância do tema nos conteúdos da disciplina (12º ano)

Crescimento e Desenvolvimento

Nos países da OCDE, apenas podemos falar de uma pobreza relativa, ou seja, uma pobreza que afecta a população que vive com menos de 50% da mediana do rendimento do país.

Porém tem que haver algo que diferencie os países da OCDE de países como os do continente africano e, em grande parte, do continente asiático, onde existe pobreza absoluta (pessoas que sobrevivem com menos de 1\$-PPC, por dia).

Esta distinção, que é feita entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos surge, aproximadamente, há um ou dois séculos atrás, pois as primeiras revoluções industriais, agrícolas,...que se deram, trouxeram crescimento e aumentos significativos e generalizados dos níveis de vida e bem-estar para as sociedades do “Norte”, tendo deixado as outras em níveis muito baixos.

Hoje, podemos constatar todavia que existem fortes lacunas no que diz respeito à pobreza e exclusão social nos países ditos “desenvolvidos”. É que em muitos destes países, apesar de ter havido um aumento durável da produção global, nem toda a população usufruiu deste crescimento e teve acesso às vantagens trazidas pelo desenvolvimento. Daí falarmos hoje em dia também de uma “pobreza relativa” (como já foi referido anteriormente), onde indivíduos vivem com um rendimento abaixo dos 50% da mediana do rendimento do país.

Nos países desenvolvidos, o fenómeno da pobreza está, frequentemente, associado ao fenómeno da exclusão social, ao da



concentração de riqueza e ao do acentuar das desigualdades (dentro do próprio país e/ou entre países).¹

Mundialização

A mundialização compreende o conjunto das trocas entre as diferentes partes do globo, que fazem do espaço mundial o lugar das transacções da humanidade.²

Aqui, o jogo da procura e da oferta é feito a nível mundial e, portanto, ultrapassa regimes e ideologias. É um fenómeno social exterior à vontade de cada indivíduo e que é acompanhado de perda de soberania de cada país/região. Por outro lado, é também um fenómeno que reflecte o estado das forças (de cada país para a mundialização, como é o caso da China que se impõe com sucesso neste “novo mundo”), das ideias (pensamentos ocidentais, orientais, africanos, islâmicos, etc.) e dos sistemas técnicos em funcionamento (NTIC's).

A Mundialização trouxe, como já foi dito, reforço do comércio internacional. Na generalidade, os países especializaram-se na produção de determinados bens em que são mais produtivos, dos quais pudessem retirar vantagens (absolutas e relativas), e tornaram as suas trocas liberais (sem protecção).

A mundialização trouxe muitas vantagens para os consumidores: permitiu-lhes o acesso mais facilitado a determinados bens que a sua região/país não produzisse ou, então, que não conseguisse produzir a custos reduzidos em que a população, com o seu nível de vida, os alcançasse. Também permitiu/possibilitou ao homem o direito ao mundo (de o conhecer) e o direito a não perder a sua raiz, a sua terra.

¹ Informação retirada das páginas 54 e 55 do livro:
MENDES, Helena; SILVA, Elsa; “Economia C” 12º Ano: Plátano Editora, Maio de 2006; ISBN 972-770-450-6

² Conceito adaptado do *Atlas das Relações Internacionais*, Pascal Boniface, Plátano.



Contudo, também existem desvantagens. O fenómeno da mundialização está acompanhado de outros dois fenómenos: o da concentração de riqueza e o da exclusão social. Ou seja, há um acentuar da população que pode entrar em risco de pobreza³ e um aumento de múltiplas privações ao nível do emprego, alojamento, saúde, educação, vida social, etc.⁴

Fluxos de Informação

As novas tecnologias da informação e comunicação têm vindo a proporcionar aos povos novas oportunidades a vários níveis, nomeadamente ao da pobreza e da exclusão. Uma vez que, hoje em dia, se dá cada vez mais realce ao processamento de informação e que esta se tornou importante para o desenrolar normal da actividade económica e da vida social, aqueles que possuem conhecimentos informáticos, encontram desde logo um “passaporte” para escaparem às situações de pobreza e se sentirem incluídos pela sociedade.⁵

Direitos Humanos

“Os direitos humanos são os direitos que todas as pessoas, sem excepção, têm devido à sua condição humana, de forma a viverem em liberdade e dignidade”⁶. E, a partir do momento em que uma das suas características (universalidade, inalienabilidade, indivisibilidade e interdependência) é desprezada, o respeito pelo próximo também se

³ O conceito de Risco de Pobreza engloba o conjunto de pessoas que já se encontra em situação de pobreza ou que está no limiar da pobreza.

⁴ Texto escrito com base em informações das páginas 74 e 75 do livro:

MENDES, Helena; SILVA, Elsa; “Economia C” 12º Ano: Plátano Editora, Maio de 2006; ISBN 972-770-450-6

⁵ Texto escrito com base em informações da página 100 do livro:

MENDES, Helena; SILVA, Elsa; “Economia C” 12º Ano: Plátano Editora, Maio de 2006; ISBN 972-770-450-6

⁶ Retirado do livro: MENDES, Helena; SILVA, Elsa; “Economia C” 12º Ano: Plátano Editora, Maio de 2006; ISBN 972-770-450-6, p.180.



perde. Deste facto advêm muitas vezes as situações de pobreza, de injustiça,... que encontramos pelo mundo.

A luta pelos direitos humanos está longe de terminar. Enquanto que se verificarem desigualdades e injustiças sociais, o combate à pobreza e exclusão nunca cessará. É necessário “dotar os mais pobres de meios necessários para que possam gozar de uma vida digna, de realizarem em liberdade as suas escolhas e o seu projecto de vida e garantir-lhes a igualdade de oportunidades”⁷.

No século XXI, a ONU anunciou que o combate à pobreza constituía o objectivo principal a atingir por todos os países do mundo nos próximos anos. Para tal, desenvolveu um documento e programa – Declaração do Milénio – onde estão traçados os objectivos que se pretendem atingir até 2015.

Todo o ser humano, incluindo os idosos, tem direito a ter uma vida longa, digna, activa, livre, participativa, etc. Contudo, não é isso que verificamos no nosso dia-a-dia. Nos países da OCDE, existe a preocupação de se garantir um rendimento mínimo (reformas) aos idosos, mas, muitas vezes, o apoio afectivo e a existência de programas que façam os idosos ter um envelhecimento activo escasseiam.

⁷ Retirado do livro: MENDES, Helena; SILVA, Elsa; “Economia C” 12º Ano: Plátano Editora, Maio de 2006; ISBN 972-770-450-6, p.192.



DESENVOLVIMENTO

- Quais as consequências da pobreza?

Pobreza - exclusão e tensões

(introdução ao tema)

Segundo o PNUD «a pobreza é uma ameaça Mundial»⁸.

A pobreza já não se revela exclusivamente na falta de bens materiais e na incapacidade de satisfação de necessidades físicas. Actualmente, a pobreza está, mais do que nunca, ligada à má qualidade de vida das populações a diversos níveis (cultural, ambiental, etc.).

De facto, o próprio conceito de pobreza tem vindo a perder força face ao emergente problema a que chamamos de exclusão social.

Os grupos mais afectados por este fenómeno são os idosos, as mulheres e, de certa forma, também as minorias étnicas (nos E.U.A, por exemplo, o grau de IDH da população branca é superior ao da negra).

Já no mundo subdesenvolvido, uma das principais dinâmicas geradoras de pobreza e miséria é o acelerado crescimento demográfico.

Com estratégias de desenvolvimento baseadas na liberalização económica, muitas vezes assistimos a crescimentos económicos – que nem sempre correspondem ao desenvolvimento que é realizado pelo país – que não afastam o fenómeno pobreza do país (por exemplo, quando constatamos a existência permanente do desemprego, em que o salário é a principal fonte de rendimento, por grande parte das famílias).

Quanto maior é a pobreza, maior é a tensão, a violência e os conflitos entre a população.

⁸ Retirado do site: <http://www.exames.org/apontamentos/index.php?action=file&id=202>



A pobreza não é só uma questão de falta de rendimentos mas também de privações em múltiplos aspectos, tais como: emprego, alojamento, saúde, educação, etc.

É por esta razão que o conceito de exclusão social se tem vindo a impor em especial ao nível dos países da União Europeia e OCDE.⁹

Desenvolvimento humano para erradicar a pobreza

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997, o grande sucesso na redução da pobreza no século XX mostra que a erradicação da pobreza extrema nas primeiras décadas do século XXI pode ser realizada. Apesar de parecer uma ambição extraordinária está perfeitamente ao nosso alcance. Apesar de a pobreza ter sido reduzida em muitas partes do Mundo, um quarto da população mundial ainda se encontra em grande pobreza, o que, numa economia mundial de 25 mil biliões de dólares faça com que esta seja uma situação escandalosa que reflecte as desigualdades e falhas das políticas nacionais e internacionais.

Nos últimos 50 anos a pobreza diminuiu mais do que nos 500 anos anteriores. Os indicadores fundamentais do desenvolvimento humano evoluíram fortemente nas últimas décadas. Desde 1960, as taxas de mortalidade infantil dos países em desenvolvimento diminuíram para menos de metade, as taxas de subnutrição diminuíram quase um terço, a proporção de crianças fora do ensino primário diminuiu de mais de metade para menos de um quarto e a parcela de famílias residentes em zonas rurais sem acesso a água potável desceu de nove décimos para cerca de um quarto.

⁹ Texto redigido com base em <http://www.exames.org/apontamentos/index.php?action=file&id=202> e no livro GIDDENS, Anthony; pp. 300/301 in “O que é a pobreza?”, capítulo 7, Parte III, “Sociologia”.



O progresso acelerado na diminuição da pobreza no século XX, começou na Europa e na América do Norte durante o século XIX, período este considerado como a Grande Escalada contra a pobreza e a privação humanas. Este período foi iniciado com a revolução industrial que possibilitou um crescimento dos rendimentos, melhorias em termos de saúde pública e na educação e posteriormente com programas de segurança social. Nos anos 50 iniciou-se a segunda Grande Escalada nos países em desenvolvimento. Com o fim do colonialismo notaram-se melhorias na educação e na saúde e o desenvolvimento económico foi acelerado o que conduziu a reduções drásticas na pobreza. Com estas informações, podemos ver que a erradicação da pobreza não é impossível de se realizar.

Apesar da existência destes avanços, estes foram irregulares e prejudicados por atrasos e a pobreza continua a persistir em grande dimensão. Assim, alguns dados fazem o balanço da pobreza até ao final do século XX:

Mais de um quarto da população mundial em desenvolvimento vive ainda em pobreza, tal como é medida pelo índice de pobreza humana (IPH) e cerca de 1,3 mil milhões de pessoas tem rendimentos inferiores a um dólar/dia.

Nos países mais industrializados mais de 100 milhões de pessoas vivem no limiar da pobreza e trinta e sete milhões de pessoas estão desempregadas. Como sabemos, dentro desta situação, algumas pessoas sofrem mais do que outras como as crianças, as mulheres e os idosos.

Segundo os dados de 1996, o índice de desenvolvimento humano diminuiu em 30 países mais do que em qualquer ano desde 1990.

Entre muitos dos países industrializados o desemprego está a crescer e as protecções contra a pobreza estão a ser afectadas por



pressões sobre a despesa pública e o Estado-Providência como por exemplo no Reino Unido e os Estados Unidos onde a pobreza cresceu consideravelmente.

A pobreza significa a negação de escolhas e oportunidades para uma vida aceitável. Assim, é com a privação das condições de vida das pessoas que a pobreza se manifesta. Além de significar a falta de meios necessários ao bem-estar material também significa a negação de oportunidades e escolhas mais elementares para o desenvolvimento humano.

Hoje em dia a pobreza ainda tem uma grande dimensão.

Ainda de acordo com a mesma fonte, foram definidas seis prioridades essenciais para a erradicação da pobreza, que são:

- 1- Assegurar a participação de homens e mulheres nas decisões;
- 2- Garantir a capacidade de participação das mulheres;
- 3- Garantir que o crescimento seja orientado no sentido da redução da pobreza;
- 4- Aproveitar as oportunidades da globalização, sempre com o objectivo de aumentar a equidade;
- 5- Estimular os estados a criarem condições de apoio aos pobres;
- 6- Estimular o apoio internacional aos países pobres, nomeadamente a nível das dívidas externas e da abertura das fronteiras dos países ricos aos seus produtos.



- Que dados existem sobre a pobreza nos países ao nível dos dados da O.C.D.E. [IDH, IPH-2]? Existem ou não diferenças entre eles?

Portugal face à UE

Portugal é o país da União Europeia com mais desigualdade na distribuição da riqueza e um dos que tem mais população em risco de pobreza. De acordo com os dados mais recentes, mais de dois milhões de portugueses vivem com rendimentos inferiores a 60 por cento da média nacional, sendo os idosos e as crianças os mais afectados com esta situação. Mas o que é o risco de pobreza? A taxa de pobreza era utilizada para identificar apenas o número de pobres de entre o total da população. Actualmente, esta expressão foi substituída por risco de pobreza, que engloba não só os que se encontram em situação de pobreza, mas também aqueles que estão muito próximos do limiar de pobreza.

Mais de 2 milhões de portugueses, vivem em risco de pobreza de acordo com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão de 2006 a 2008, sendo que a população idosa (> 64 anos) é a mais afectada. Em 2004, 29 por cento dos idosos estavam em risco de pobreza e 24 por cento em condições de pobreza persistente, o que significa que não só registaram um rendimento inferior a 60 por cento da média nacional nesse ano, como também pelo menos em dois dos últimos três anos. A pobreza nas zonas urbanas é também preocupante e difícil de combater. “A pobreza urbana é determinada por baixos níveis de rendimentos mas também por razões como o desemprego e a precariedade da habitação”¹⁰. Os guetos

¹⁰ Retirado da revista: PEIXOTO, Margarida; TABORDA, Ana – O País na Sombra. DiaD. Edições Público. 10/11/2006, Ano 2, Nº60, p. 19-20



e bairros sociais são exemplos claros da discrepância do nível de vida entre os mais ricos e os mais pobres. Portugal é o país da UE onde esta diferença é mais acentuada: os rendimentos de 20 por cento de população mais beneficiada são 7,2 vezes superiores aos outros 20 por cento com piores condições de vida. Por fim é preciso distinguir pobreza material, que decorre da escassez de recursos materiais e de possibilidades de compra, da pobreza que se deve, muitas vezes, a disfuncionalidades.¹¹

¹¹ Baseado na revista: PEIXOTO, Margarida; TABORDA, Ana – O País na Sombra. DiaD. Edições Público. 10/11/2006, Ano 2, N°60, p. 18-20



- Existem ou não diferenças entre estes países ao nível dos dados da pobreza?

Análise dos dados referentes aos países da OCDE

De forma a responder a estas questões, começaremos por apresentar, numa tabela, os dados respeitantes a cada indicador do IPH-2 e de seguida passaremos à sua respectiva análise. No final deste estudo, pretendemos ver elucidada a situação em que se encontra cada país ao nível da pobreza e exclusão social.

Depois de efectuarmos mais pesquisas no sentido de encontrarmos mais dados, apercebemo-nos de que este índice apenas se calculava para um conjunto restrito de países na OCDE. Passamos a listá-los: Noruega, Austrália, Irlanda, Suécia, Canadá, Japão, EUA, Suíça, Holanda, Finlândia, Luxemburgo, Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Reino Unido, Espanha e Alemanha. Como tal, analisaremos apenas estes países.

A fonte dos dados é o PNUD.

Ordem do IDH		<u>Índice de Pobreza Humana (IPH-2)</u>		Probabilidade de à nascença de não viver até aos 60 anos (%) 2000-05	Pessoas que são funcionalment e analfabetas (% de idades entre os 16 e os 65 anos) 1994-2003	População abaixo da linha de privação de rendimento 50% da mediana do rendimento (1990-2000)	Desemprego de longa duração (% da população) 2005
		Ordem	Valor (%)				
1	Noruega	2	7.0	8.4	7.9	6.4	0.4
3	Austrália	14	12.8	7.7	17.0	14.3	0.9
4	Irlanda	17	16.1	8.7	22.6	16.5	1.5
5	Suécia	1	6.5	7.2	7.5	6.5	1.0
6	Canadá	8	10.9	8.1	14.6	11.4	0.7



7	Japão	11	11.7	7.1	16.4	11.8	1.5
8	Estados Unidos	16	15.4	11.8	20.0	17.0	0.6
9	Suíça	7	10.7	7.8	15.9	7.6	1.6
10	Holanda	3	8.2	8.7	10.5	7.3	2.5
11	Finlândia	4	8.2	9.7	10.4	5.4	2.1
12	Luxemburgo	9	11.1	9.7	16.4	6.0	1.2
13	Bélgica	12	12.4	9.4	18.4	8.0	4.3
15	Dinamarca	5	8.4	10.4	9.6	7.2	1.3
16	França	10	11.4	9.8	16.4	8.0	4.3
17	Itália	18	29.9	7.8	47.0	12.7	4.0
18	Reino Unido	15	14.8	8.7	21.8	12.4	1.1
19	Espanha	13	12.6	8.7	16.4	14.3	3.0
21	Alemanha	6	10.3	8.8	14.4	8.3	5.0

Fonte: Relatório do PNUD de 2005

O IPH-2 mede o nível de pobreza humana para 18 países da OCDE: Alemanha, Portugal, Itália, Noruega, Suécia, Dinamarca, EUA, França, Espanha, Finlândia, Canadá, Reino Unido, Irlanda, Austrália, Suíça, Bélgica, Luxemburgo e Holanda. Apresenta quatro dimensões para o seu cálculo, sendo estas a longevidade, o conhecimento, o nível de vida digno e a participação ou exclusão.

A luta contra a pobreza e a exclusão social faz hoje parte dos imperativos da humanidade na salvaguarda do seu futuro. Sendo assim, com a crescente preocupação dos Estados para o problema, surge um novo índice com o objectivo de poder avaliar a situação e/ou evolução da pobreza e da exclusão social.

O IPH-2 pode variar entre os valores de 0 a 1. Assim, quanto mais próximos os valores estiverem de zero, melhor será a situação do país no que diz respeito à não pobreza e inclusão.



O quadro em análise apresenta a ordem que ocupam e o valor que tomam os 18 países em análise no índice de pobreza humana nos países da OCDE e a ordem que cada país ocupa no ranking do IDH, referente ao ano de 2004. Também apresenta a probabilidade à nascença de não sobreviver até aos 60 anos (dados referentes ao período 2000-2005), a percentagem de pessoas que são funcionalmente analfabetas (para o período de anos compreendido entre 1994-2003), a % população a viver abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento – dados referentes ao período 1990-2000) e, por fim, a percentagem de desemprego de longa duração (dados de 2005).

A fonte dos dados é o relatório de 2005 do PNUD.

De entre os países em análise, que verificamos? Verificamos que os países que se encontram na linha abaixo dos 10% do valor do IPH-2 são a Suécia com 6,5% (1º lugar do ranking), a Noruega com 7% (2º lugar no ranking), a Holanda e Finlândia com 8,2% (respectivamente 3º e 4º lugares no ranking), e a Dinamarca com 8,4% (5º lugar no ranking). Os países com maiores níveis de IPH-2 situam-se entre os valores apresentados pelo Reino Unido (14,8% - 15º no ranking) e pela Itália (29,9% - 18º no ranking). Entre estes dois extremos encontramos os EUA (15,4% - 16º no ranking) e a Irlanda (16,1% - 17º no ranking). Assim, podemos constatar a grande disparidade entre o país melhor posicionado (Suécia), e entre o último país que nos é apresentado (Itália) na lista.

Ao analisar estes dados, deparámo-nos com um valor que nos surpreendeu bastante, pela negativa: os 29,9% da Itália. E porque terá a Itália descido tantas posições no ranking do IPH-2 em apenas 5 anos (11,6% em 1997)?



As razões que poderão estar na origem deste valor são: o forte envelhecimento da população (a Itália é dos países da Europa que está a envelhecer mais rapidamente), o aumento do custo de vida e a decadência da imensa indústria produtiva italiana. Os factores anteriormente apresentados têm vindo a apresentar diversas consequências (como se pode constatar através do documento 11, em anexo III), tais como: diminuição do poder de compra, aumento do número de famílias pobres (às 2500000 famílias, estão a juntar-se mais 2400000 famílias), falência de empresas (este fenómeno tem ocorrido um pouco por toda a Europa, porém notamo-lo mais expressivo neste país, com a falência de empresas como a Círio, ou a Parmalat), diminuição das poupanças relativas pelas famílias. Com tudo isto, cresce a desconfiança e o pessimismo do povo em relação ao futuro da sua nação (segundo fontes do documento 11 – 48 % da população encontra-se pessimista e apenas 7% está optimista, em relação a este assunto) e assistimos a uma Itália, na sua generalidade, cada vez mais pobre e atentamos a uma máfia – apesar de, ultimamente, mais controlada – cada vez mais rica.

Depois de observarmos a ordem que cada país ocupa no ranking do IDH e do IPH-2, notámos que existiam 4 países que se distanciavam muito na posição que tomavam nos dois rankings. São eles a Austrália, a Irlanda, a Dinamarca e a Alemanha.

Por um lado, constatamos que a Austrália e a Irlanda se encontravam melhor posicionados no ranking do IDH (3º e 4º lugares, respectivamente) do que no do IPH-2 (14º e 17º lugares, respectivamente). Por outro lado, encontrámos a Dinamarca e a Alemanha melhor posicionados no ranking do IPH-2 (5º e 6º lugares, respectivamente) do que no do IDH (15º e 21º lugares, respectivamente).



Porque terão estes quatro países posições tão discrepantes nos dois índices?

Respondendo a esta pergunta, podemos supor que a Dinamarca e a Alemanha se encontram mais sensibilizadas para as questões de combate à pobreza e exclusão.

A Dinamarca, como podemos ver pelo documento 15, em anexo III, tem diversos programas e políticas de luta contra a pobreza e a exclusão no seu país. Algumas dessas medidas têm sido: a introdução de modalidades de emprego flexível, protegido e baseado na capacidade de trabalho; a introdução de um regime de reforma antecipada e de um programa de integração planificada e fundada no desenvolvimento do emprego e uma repartição equitativa do rendimento. A Dinamarca é dos países da União Europeia que tem uma redistribuição do rendimento mais equitativa¹².

A Alemanha desde cedo se tem vindo a preocupar com o combate à pobreza e à exclusão social: apresenta um risco de pobreza mais baixo do que na maioria dos Estados membros e desde já há algum tempo que tem vindo a desenvolver projectos de protecção social, cujo propósito é diminuir a pobreza entre as pessoas idosas ou em situação de incapacidade. Contudo, as diferenças entre os mais ricos e os pobres têm vindo a acentuar-se. O desemprego também tem aumentado bastante e a economia encontra-se um pouco estagnada¹³.

Analisando a questão relativamente à Austrália e à Irlanda, presumimos que, ou os seus esforços na luta contra a pobreza e exclusão ainda não se encontram reflectidos em dados, ou então não existe grande preocupação em relação ao tema. A Austrália é um país extremamente desenvolvido, uma vez que tem um sistema de educação,

¹² Baseado nas informações recolhidas do Documento 13, em anexo III

¹³ Informações recolhidas nos documentos 12 e 13, em anexo III



saúde e segurança social excelentes, muito seguro e que, apesar do mau posicionamento no IPH-2, carece de extrema pobreza¹⁴. Na Irlanda os níveis de (risco) pobreza têm vindo a aumentar e há grupos específicos de população que se encontram mais vulneráveis ao fenómeno (como os idosos, as crianças, os desempregados,...). Todavia, já foram realizados avanços significativos nestas áreas: houve uma grande diminuição de pobreza persistente e do insucesso escolar¹⁵.

De seguida, encontramos o indicador que nos mostra a probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos, para o conjunto de países em análise. A fonte dos dados é o PNUD.

Os países que apresentam as percentagens mais elevadas neste indicador são os EUA, com 11,8% e a Dinamarca, com 10,4%. Os países que apresentam as percentagens mais reduzidas são o Japão e a Suécia.

Sendo assim, porque apresentarão os EUA e a Dinamarca as percentagens mais elevadas no indicador?

Provavelmente, os sistemas de saúde não estão suficientemente desenvolvidos ou então não se encontram acessíveis a todas as camadas de população. Outras razões poderão estar na falta de informação da sociedade, na falha nos sistemas básicos de sanidade.

Pelo que já conhecemos da Suécia (país altamente desenvolvido e muito dado às questões da luta contra a pobreza e a exclusão), o valor por esta apresentado não nos surpreende. Em contra partida, o Japão levantou-nos algumas questões: porque apresentará ele o melhor valor do conjunto de países? Responderá o sistema de saúde às necessidades da população?

¹⁴ Baseado nas informações recolhidas no documento 14, em anexo III

¹⁵ Informações demonstradas com base nos documentos 13 e 14, em anexos III



Conforme o que nos diz o documento 16, a melhoria na distribuição dos rendimentos está inteiramente ligada ao aumento da esperança média de vida. Actualmente, o Japão detém a maior esperança média de vida à nascença do mundo, o que talvez aconteça devido à grande equidade na distribuição dos rendimentos e/ou também devido à existência de um sistema de seguro público de saúde, a que toda a população é obrigada a aderir.

Atentando agora à componente do conhecimento, a percentagem de adultos que são funcionalmente analfabetos, a surpresa instalou-se pois encontrámos valores bastante altos e outros baixos. Para começar, deparamo-nos com a Suécia e a Noruega que apresentam as percentagens mais baixas no indicador (7,5% e 7.9%, respectivamente). Depois, encontramos um novo grupo: Holanda (10,5%), Finlândia (10,4%) e Dinamarca (9,6%) com valores não muito distanciados da Suécia e Noruega e, por último, fazemos notar o enorme distanciamento entre os valores reflectidos nos restantes países e nos já referidos – aqui, o valor mínimo encontrado foi de 14,4% para a Alemanha e o valor mais preocupante é o da Itália que apresenta a uma taxa de iliteracia altíssima: 47%.

Como é que um país tão desenvolvido como a Itália apresenta, então, um valor tão elevado? E como conseguirão a Suécia e a Noruega ter/manter percentagens de iliteracia tão baixas?

Pelas pesquisas efectuadas ou pelo conhecimento geral que temos sobre a Itália, vamos mencionar algumas hipóteses que talvez possam justificar o facto de na Itália haver uma taxa de iliteracia tão elevada.

A Itália é um país que há mais de meio século não sofre alterações/reformas no sistema educativo. Como tal, talvez possamos dizer que a sua forma de educar é um pouco retrógrada.



Pelo documento 19 em anexo III, constatamos que a Itália não deverá ser um país que incentive muito a aprendizagem ao longo da vida, pois como se pode verificar a Itália é o país que despende menos horas em LLL (Long Life Learning) dos países pelo gráfico do doc. 19 apresentados. Em termos do número de horas que os professores passam na escola a trabalhar, podemos observar (também pelo documento 19, em anexo III) que a Itália é dos que menos horas por ano apresenta (600 horas por ano, o que comparando com os EUA é praticamente metade).

Devemos compreender que literacia é diferente de escolarização. Desta forma, há países que apresentam disfuncionalidades entre as percentagens de escolarização e analfabetismo funcional. Tal não é o caso da Suécia e da Noruega, em que o número de anos escolares corresponde àquilo que realmente as suas capacidades cognitivas são capazes de desenvolver. E em 2005, a taxa de escolarização bruta combinada do ensino primário, secundário e superior era de 100% para a Noruega e 96% para a Suécia (como podemos verificar no Relatório do PNUD de 2005). Contudo, para além da escolarização ser um importante factor para diminuir as taxas de iliteracia, os analistas consideram que a participação do adulto em actividades comunitárias também é outro factor que demonstra a capacidade de cada indivíduo agir na sociedade. Desta maneira aparece-nos a Suécia (como comprova o documento 20, em anexo III) com aproximadamente, 50% da população a participar em actividades deste género.

Em seguida, estudaremos o indicador que mede a percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento disponível ajustado das famílias). Sendo assim,



constatamos que existem dois conjuntos de países cujo indicador não varia muito dentro do grupo, mas quando comparados os dois grupos já se denotam divergências nos valores. Num primeiro grupo podemos englobar a Finlândia, Luxemburgo, Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Suíça, Bélgica, França e Alemanha. Estes países encontram-se por ordem crescente, em que o valor mais baixo é 5,4% e o mais alto é 8,3%. Para o segundo agrupamento abrangemos o Canadá, Japão, Reino Unido, Itália, Austrália, Espanha, Irlanda e, por último, Estados Unidos da América – os valores apresentados pelos países estão compreendidos entre 11,4%, para o Canadá, e 17%, para os EUA.

Pelos dados apresentados, constatamos que os países não pertencentes à Europa se encontram todos no segundo grupo. Apesar de também ser verdade que encontramos alguns países pertencentes à Europa no 2º conjunto, não será este facto explicado pela importância que a Europa dá à qualidade de vida dos seus cidadãos e pelas políticas que toma (por exemplo, a política de redistribuição dos rendimentos) nesse sentido?

Como sabemos, o modelo social europeu é um modelo proteccionista. Apoia bastante os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis e desfavorecidos (como é o caso dos idosos, crianças, desempregados, doentes, incapacitados, etc.), através de sistemas de protecção social que tentam diminuir as desigualdades entre a população e tornar as sociedades mais justas e solidárias.

Por fim, ao analisarmos o último indicador, o desemprego de longa duração (% da população) – que mede a participação ou exclusão –, formámos dois grupos. Os que apresentam valores abaixo de 1%, e são eles a Noruega (0,4%), os EUA (0,6%), em seguida o Canadá (0,7%), Austrália (0,9%) e por fim a Suécia (1%). No outro grupo englobamos a



Itália (4%), Bélgica e França (4,3% cada), ultimando a Alemanha com o valor mais elevado, 5%.

Ao observarmos estes dados, o valor que nos alarmou mais foi o da Alemanha. Surge-nos assim uma questão. Como é que um país como a Alemanha apresenta uma percentagem tão elevada?

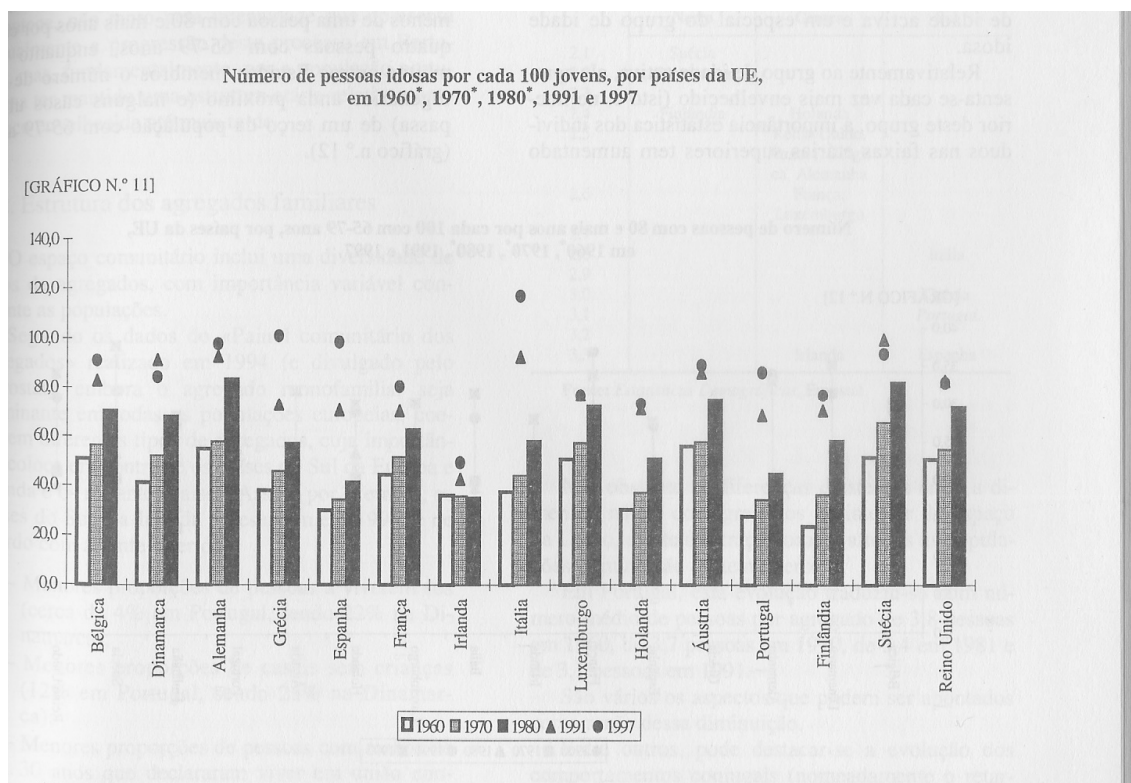
O mercado de trabalho na Alemanha encontra-se estagnado e o seu crescimento anual é muito baixo. A Alemanha é um país que nunca teve grandes problemas com o desemprego de inserção de jovens, porém sempre foi um país com taxas de desemprego de longa duração e com níveis de exclusão altos. Talvez este facto se deva (tal como nos dizem os documentos 19 e 21, em anexo III) à fraca actuação das políticas de formação profissional, onde a Alemanha participa apenas 400 horas em LLL.

Damos assim por concluída a análise dos dados referentes ao indicador IPH-2.



Uma Nova Preocupação dos Estados: o Envelhecimento

De acordo com Maria João Valente Rosa (2000), “os ritmos de crescimento populacional” estão “cada vez mais ténues” e “fazem-se acompanhar por um envelhecimento das estruturas etárias”¹⁶. Reforçando estas palavras, apresentamos seguidamente um gráfico, onde se pode constatar a evolução do rácio do número de idosos por cada 100 jovens, em vários países da U.E.



Sendo o envelhecimento demográfico um processo que se tem alastrado a todos os países do mundo (ainda segundo dados da investigadora acima referida), resolvemos abordar um pouco a temática

¹⁶ ROSA, Maria João Valente, op. Cit., pp. 436, in “Estrutura Etária”, “Portugal e a União Europeia, do ponto de vista demográfico, a partir de 1960”, “A Situação Social em Portugal, 1960-1999”



do envelhecimento, nomeadamente a nível da situação dos idosos.

Analisámos os seguintes pontos:

1. A pobreza associada a esta camada etária;
2. Preocupações com os Direitos dos Idosos;
3. Novas medidas/estratégias dos Governos.



- Serão os idosos particularmente atingidos por este fenómeno?

Irónico: O mesmo homem que melhorou as condições de saúde e conseguiu prolongar a sua vida, não sabe agora o que fazer com os dias que conquistou.

O idoso exige dois ingredientes cada vez mais raros no mundo actual: recursos e carinho.

Garantir os recursos mínimos adequados aos idosos continua a ser uma questão muito importante. No entanto, a falta de carinho é sem dúvida um aspecto muito relevante, porque muitos idosos, para além de viverem sozinhos, estão isolados de tudo e principalmente da família... Ficam abandonada à espera de alguém que se lembre que eles existem.

Nos dias de hoje, é preciso dar cada vez mais atenção e carinho aos mais velhos. Só assim se poderá obter um conhecimento da situação que estes enfrentam, das suas limitações – próprias da idade – e do seu desejo de serem amados e aceites pela e na sociedade como pessoas que podem ainda ser muito úteis.

Os comportamentos e as práticas de discriminação feitos aos idosos, para além de injustos, conduzem a um desperdício de recursos. Torna-se, então, necessário e importante a adopção de políticas e de novos comportamentos adequados, que permitam à sociedade utilizar as potencialidades dos idosos. Os idosos não podem ser banidos da sociedade, muito menos sofrerem de discriminação.

Para além de todo o carinho que os idosos possam necessitar, é também para eles fundamental terem recursos financeiros dos quais possam dispor: as reformas/pensões. O grande problema é os Sistemas de Segurança Social da maioria dos países desenvolvidos encontrarem-se, actualmente, perante grandes desafios (que se esperam ser enfrentados e ultrapassados de maneira sustentada).



Os sistemas de Segurança Social podem entrar em desequilíbrio devido a vários factores, como por exemplo: o crescente envelhecimento da população, o aumento progressivo do período contributivo, o crescimento de pensões a ritmo superior ao das contribuições e também o facto de nem todas as pessoas pagarem as suas contribuições ao Estado (embora o “cerco” esteja cada vez mais apertado!).

O envelhecimento da população terá reflexos em toda a sociedade e em particular nos sistemas de Segurança Social.

Caso os sistemas de Segurança Social venham a falir, sem dúvida que os idosos serão das camadas de população mais afectadas.

Velhice

Nas sociedades tradicionais, as pessoas mais velhas eram geralmente muito respeitadas, até mesmo na decisão de assuntos importantes. Os idosos tinham uma grande influência, acabando esta por ser muitas vezes determinante em alguns aspectos.

No seio das famílias, a autoridade tanto dos homens como das mulheres aumentava consoante a idade.

Pelo contrário, nas sociedades industrializadas, os mais idosos tendem a perder autoridade, tanto dentro da família como na sociedade.

Hoje em dia, a velhice tem uma definição legal, no sentido em que se refere à idade em que a maioria das pessoas se reforma e tem direito a certos tipos de benefícios sociais, como as pensões.

Contudo, muitas vezes, estas não são suficientes para os idosos poderem ter uma velhice saudável e tranquila.



Não vivendo com as famílias e estando marginalizados da área económica, não é fácil para os idosos ter um fim de vida muito compensatório.¹⁷

Reforma

As idades estabelecidas para a reforma e para se ter direito aos benefícios da Segurança Social variam amplamente dentro de cada país e entre países diferentes.

Alguns países Europeus obrigam os funcionários dos sectores governamental e industrial a reformarem-se aos 60 anos (embora isto se aplique mais relativamente às mulheres)

A reforma gera problemas sociais, económicos e psicológicos, na medida em que os reformados passam a ter muito tempo disponível e acabam por ter uma perda potencial de rendimento.

As consequências psicológicas e sociais da reforma variam de acordo com as experiências de trabalho e os padrões de vida anteriores.

A reforma significa não só a perda de um emprego, como também a do contacto com os outros, ou seja, os idosos acabam por ficar na maioria das vezes um pouco á margem da sociedade.¹⁸

Textos redigidos com base na informação encontrada em:

¹⁷ GIDDENS, Anthony; pp. 108/109 in “Velhice”, capítulo 3, Parte II, “Sociologia”.

¹⁸ GIDDENS, Anthony; pp. 108/109 in “A Reforma”, capítulo 18, Parte V, “Sociologia”.



Depois de analisados os dados referentes ao índice composto IPH-2, optámos por fazer agora um estudo mais pormenorizado relativamente aos idosos quando estes se vêm confrontados com a pobreza. Contudo, seleccionámos um conjunto de países para os quais o iríamos fazer, foram eles: a Itália, os EUA, Portugal, a França, a Alemanha, a Dinamarca e a Suécia.

Seguidamente, apresentamos o trabalho desenvolvido para responder à questão, onde começamos por apresentar as formas de entender a solidariedade em algumas destas sociedades e depois um estudo mais pormenorizado sobre cada país dos acima referidos.

Formas de entender a solidariedade

Pelas informações recolhidas no livro “A Ilusão Económica” de Emmanuel Todd (páginas 139-146), vimos que, para os países em análise, podemos formar três grupos de países com diferentes formas de ver a solidariedade. Usámos como base de análise a ciência que estuda as diferentes culturas, bem como os factores que influenciam as diferenças (a Antropologia), para assim compreendermos as fracturas sócio-culturais e o aumento das desigualdades que se têm vindo a verificar.

Assim, encontramos:

Modelo Anglo-Saxónico (Reino Unido e EUA)	Modelo da Alemanha e Suécia	Modelo Francês
Estes países têm por base influências calvinistas e segundo o que nos diz o	Nestas sociedades, as desigualdades encontradas estão em menor número quando	Com a Revolução Francesa ocorrida no século XVIII, a França é dos primeiros países



Calvinismo, o fracasso é problema de quem o sofre e de mais ninguém. Se uma pessoa não tem posses para viver dignamente, então é porque não se esforçou/trabalhou o suficiente para tal. Como consequência, os guetos quer de pobres, quer de ricos, quer de idosos, etc. tornam-se legítimos. Produzem-se assim justificações ideológicas para o aumento maciço de fossos, isto é, pessoas que vivem em extrema pobreza e que não recebem apoios de nenhuma entidade.	comparadas com os dois países apresentados anteriormente. Estas são nações consideradas compactas/unidas, mas não homogéneas. Apesar de existirem diferenças nos níveis de vida, estas são sociedades que lutam em conjunto para diminuir as desigualdades. Consequentemente, podemos afirmar que a família e o Estado se preocupam muito em assegurar um nível de vida digno à população em geral. Nestes países, as Famílias e os Estados também procuram dar apoios ao nível educacional, contribuindo assim	a implementar os Direitos Cívicos e Políticos. Porém, este é um país que revela grandes dificuldades a nível da igualdade. Desta forma, assistimos a uma França com um modelo contraditório: - a um nível inconsciente/teórico dão muito valor às questões da igualdade. Contudo, na prática, é desigualitária. Apesar dos franceses liderarem as questões políticas actuais, nomeadamente as questões da U.E. e das desigualdades sociais e das medidas a percorrer para as ultrapassar, vemos que na prática a concretização já não
---	--	--



	para uma menor dissociação cultural.	tem sido tão imediata.
--	---	------------------------

Estudo pormenorizado sobre cada país

Itália

A Itália apresenta uma percentagem de idosos de cerca de 23.1%.

Regista o processo de envelhecimento mais acelerado da União Europeia, devendo-se ao facto de revelar um baixo nível de natalidade.

A Itália no IPH2 em 1997 apresentava 11.6% e em 2004 esse valor cresceu abruptamente para os 29,9% estando agora em 18º lugar do ranking.

Quanto ao nível de instrução, os idosos são pouco instruídos, acabando por estar entre os mais baixos da U.E.

Existe uma grande divergência entre o Norte e o Sul de Itália, visto que o sul apresenta uma taxa de pobreza quatro vezes mais elevada, e onde parte dos idosos vivem no limiar da pobreza.

O Estado implementou algumas medidas, tais como: políticas sociais para a família, que visa o conhecimento das famílias que vivem na região, redistribuição de recursos colectivos às famílias económica e socialmente desfavorecidas.

Um dos apoios prestados aos idosos é constituído por um cheque mensal para pessoas com mais de 65 anos de idade e não autónomas para a aquisição de prestações de saúde alternativas á cobertura RSA (prestada em residências de assistência sanitária a idosos).



Na prática, a família é ajudada na prestação de assistência ao próprio idoso sem se ver obrigado a hospitaliza-lo, mas sem ficar entregue a si mesmo no que se refere aos cuidados.

Foi aprovado pela maioria das regiões um plano social, regional que lhes permite integrar melhor as estratégias de luta contra a exclusão social.

O Conselho da União Europeia assinala que a Itália não tomou novas medidas para enfrentar os desafios estruturais de médio prazo que as pensões de reforma e outras despesas orçamentais relacionadas com o envelhecimento da população constituem para as finanças públicas.¹⁹

E.U.A.

Os E.U.A. proporcionam à sua população idosa condições económicas muito favoráveis, para além de uma melhor perspectiva de vida que lhes permite chegar a uma idade avançada com uma maior capacidade económica. Garantem não apenas uma vida melhor, mas uma verdadeira força dentro da sua sociedade, pois os idosos formam um grupo numeroso e influente.

Nos E.U.A o governo também faz a sua parte criando grupos que possam actuar para que os idosos sejam respeitados e acima de tudo que possam desfrutar de todos os seus direitos.

Entre muitas iniciativas que o governo criou para apoiar os idosos, temos o “FirstGov for seniors” que traz, na Internet, informações capazes de ajudar não apenas os idosos, mas aqueles que para eles prestam serviços e actividades.

¹⁹ Texto realizado com base nas informações recolhidas dos sites:
[http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32001A0309\(03\):PT:HTML](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32001A0309(03):PT:HTML)
<http://www.apfn.com.pt/Boletim/12/familia.htm>
<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10616.htm>



Neste site, também podemos verificar outros aspectos, tais como: protecção ao consumidor da terceira idade, educação e treino para actividades produtivas, saúde, legislação, planos de aposentadoria, planeamento estratégico, assistência tributária, viagens, trabalho e voluntariado, além de um plano especial de fornecimento de computadores e ensino de informática para os mais idosos.

A cada dia que passa a legislação americana de protecção ao idoso e ao incapacitado torna-se mais complexa, porém mais eficaz.

Uma das mais importantes leis é chamada de “The Age Discrimination in Employment Act of 1967” (ADEA), que protege indivíduos com mais de 40 anos de discriminação no mercado de trabalho. Com esta lei podemos ter noção que existe uma cultura direccionada na valorização dos mais velhos nos E.U.A.

A solidão aumenta com a idade. Nos Estados Unidos, por exemplo, 13% dos homens e 33% das mulheres do grupo entre 65-74 anos vivem sozinhos com muito conforto, mas com pouco carinho. Para a faixa de 75-84, aumenta para 19% e 53%; e para os que tem mais de 85 anos, sobe para 28% e 57%, respectivamente. São números fantásticos para um país rico, com tanto conhecimento e que não consegue encontrar meios para reduzir a solidão.

Na perspectiva de algumas famílias norte-americanas, os idosos não se devem colocar numa instituição visto que acaba por ser um processo um pouco complicado. Apesar das normas culturais de independência e individualismo, a família acaba por apoiar muito a pessoa idosa, sobretudo quando se trata de pai ou mãe. Internar os pais numa instituição acaba por violar essas normas.

Contudo, ainda existem muitas excepções a esta norma: há idosos a viver sozinhos sem o acompanhamento das suas famílias.²⁰

²⁰ Texto feito com base nas informações recolhidas nos sites:



Portugal

Portugal é o país da União Europeia com mais desigualdade na distribuição da riqueza. Mais de dois milhões de portugueses vivem com rendimentos inferiores a 60 por cento da média nacional, sendo os idosos e as crianças os mais afectados com esta situação. Os quadros seguintes ilustram a taxa de pobreza e a taxa de pobreza dos idosos em Portugal e na Europa dos 15 e dos 25 países membros:

Quadro 1²¹

	Portugal	UE-15
Taxa de pobreza	15%	9%
Taxa de pobreza dos idosos	24%	12%

Fonte: Eurostat, 2001

Este quadro apresenta a taxa de pobreza e a taxa de pobreza dos idosos em Portugal e na Europa dos 15 relativas ao ano 2001. Podemos constatar que, em Portugal, 15% da população é pobre e que 24% da população idosa também o é. Já a UE-15 apresenta 9% e 12%, respectivamente. Ao comparar os valores encontrados, verificamos que Portugal apresenta sempre os valores mais elevados, contudo, é na taxa de pobreza dos idosos que essa diferença é mais notória (12%).

Quadro 2²¹

	Portugal	UE-25
Taxa de pobreza	20%	16%
Taxa de pobreza dos idosos	28%	19%

Fonte: Eusostat, 2005

http://www.neofito.com.br/artigos/art03/varios_pdf017_neofito.pdf

<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a06n7.pdf>

²¹ Quadros retirados do documento:

http://www.presidencia.pt/docs/ficheiros/CCCI_Interv_CarlosFarinhaRodrigues.pdf



Neste quadro, relativo ao ano de 2005, também estão representadas a taxa de pobreza e a taxa de pobreza dos idosos em Portugal e na UE, mas agora referimo-nos à UE-25. Mais uma vez constatamos que Portugal tem valores mais elevados nas duas taxas relativamente à Europa dos 25, apresentando para a taxa de pobreza 20% e para a taxa de pobreza dos idosos 28% enquanto que a UE-25 apresenta 16% e 19% respectivamente. Que conclusões podemos retirar? Verificamos que também em 2005, a diferença na taxa de pobreza dos idosos (9%) é mais acentuada do que na taxa de pobreza (4%).

Durante estes 4 anos, vemos que Portugal, ao invés de diminuir a pobreza no país – indo ao encontro dos Objectivos do Milénio – viu a sua população perder qualidade de vida.

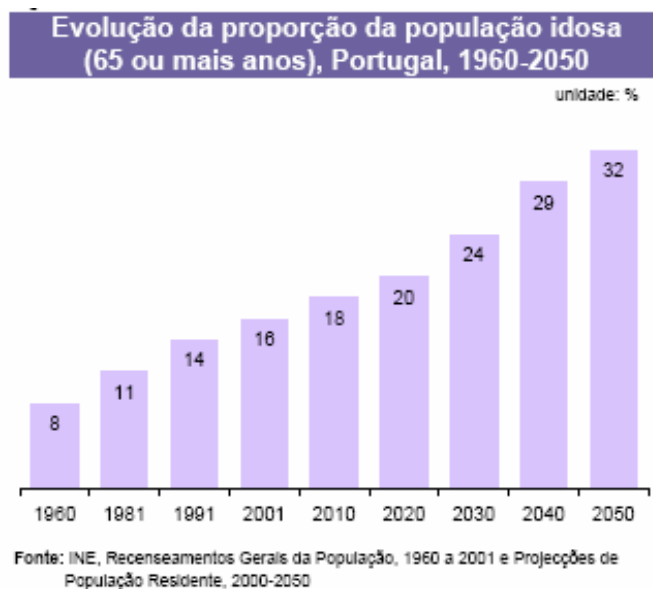
É de salientar que os dados deste quadro, sendo relativos à Europa dos 25, não se encontram actualizados devido à adesão da Bulgária e da Roménia à União em 2007, o que pode fazer com que a percentagem relativa à UE seja mais elevada já que estes países são países pobres. Como a adesão destes últimos países à União foi realizada este ano, ainda não existem dados para analisarmos destas taxas na Europa dos 27.

As situações de exclusão em Portugal triplicaram, facto este assustador. Os baixos rendimentos auferidos pelos portugueses têm contribuindo para o agravamento da exclusão social. Contudo, este não é o único factor.

Em Portugal, segundo António Vaz Pinto, há uma “onda de racismo e de xenofobia” suficientemente grande para que pessoas normais sejam postas de lado. Assim, podemos dizer que também os idosos são discriminados e, muitas vezes, postos de lado.



Para Portugal é estimada uma tendência particularmente forte de envelhecimento da população, como podemos ver no seguinte gráfico:



Pode-se concluir que Portugal está a envelhecer cada vez mais e com mais rapidez.

Apesar de Portugal ir no caminho do envelhecimento, estão a desenvolver-se projectos para apoio aos idosos. No Porto, alguns jovens que se encontram no desemprego, para se manterem ocupados, ajudam vários idosos durante o dia, indo a casa deles e fazendo-lhes a higiene pessoal, cuidando da sua alimentação, entre outras coisas. Outro programa desenvolvido para ajudar os idosos e não só é a ADVITA – Associação para o Desenvolvimento de Novas Iniciativas para a Vida –, que visa promover iniciativas inovadoras nas áreas do apoio social, saúde, apoio residencial, formação, informação, animação, lazer, reabilitação, autonomia e prevenção, que respondam às necessidades sentidas por idosos, crianças, jovens e adultos, em situação de doença ou de dependência e respectivas famílias, assim como prestadores de cuidados, incluindo profissionais de saúde e de apoio social.



Estima-se que o Estado português vá gastar anualmente 200 milhões de euros, a partir de 2009, devido ao complemento de pensões apresentado pelo Governo. Mas para já, o programa de complemento de pensões iniciou-se em 2006, para os idosos com idade igual ou superior a 80 anos, estando previsto no Orçamento do Estado uma verba de cerca de 50 milhões de euros. Assim, podemos concluir que o Estado português se preocupa com os seus idosos.

França

A França está a envelhecer. 16,2% da população é idosa e está previsto que para 2011, esse número suba para os 30%.

Em França, os idosos são alvo de preocupação por parte do Estado. Este tem-se preocupado em ajudar tantos os seus idosos, como também os idosos imigrantes, onde quer que estes se possam encontrar. Assim, podemos dizer que o nível e qualidade de vida dos idosos franceses tem vindo a aumentar (pelos esforços estatais que se têm vindo a desenvolver). Contudo, tem-se verificado que existe carência de pessoal nesta área para apoiar os idosos e que a família, muitas vezes, se esquece deles.

Isto notou-se na altura em que, um pouco por toda a Europa, se enfrentou uma vaga de calor e em que, na França, morreram milhares de idosos. Uns morreram por se encontrarem sozinhos, sem família e sem ninguém que os ajudasse, outros por falta da resposta do sistema de saúde, que nesta altura se encontrava lotado, outros por falta de informação, etc. Estes dados revelam que, apesar de por um lado o Estado se preocupar em assegurar uma reforma a cada idoso, esquece-se de os integrar na sociedade.



Todavia, há algo de que a França se pode orgulhar: o facto de terem sido implementados meios com o intuito dos mais velhos poderem continuar a ter uma vida activa. É o caso das Universidades para a 3ª Idade, que já existem há quase meio século.

Em França a discriminação é um grande problema. Uma classe afectada é a dos imigrantes. Alguns filhos de imigrantes chegam a não conseguir emprego e a serem postos de parte na sociedade. Estes problemas surgem devido à diversidade cultural. Jacques Chirac chega a falar em "veneno da discriminação". Outro meio de ataque deste "veneno" é aos habitantes dos subúrbios das grandes cidades, que são vítimas de discriminação por isso mesmo, por viverem nos subúrbios.

Algumas perguntas e respostas sobre as leis francesas respeitantes aos idosos:

- **Que percentagem da população tem mais de 65 anos e quais são as previsões para este grupo etário no futuro? Qual é a esperança de vida e a esperança de vida saudável neste momento?**

Actualmente, 16% da população francesa tem mais de 65 anos (21% tem mais de 60 anos, isto é, 12,1 milhões de pessoas). Este número poderá alcançar cerca de 30% em 2050. Poderá haver 4 milhões de pessoas com mais de 80 anos em 2020 e 7 milhões em 2040.

Em França, a esperança de vida é de 74,9 para os homens e 82,4 para as mulheres (números do INSEE 1999). Esta diferença entre os dois sexos é a maior de todos os países da União. A esperança de vida das mulheres francesas é a mais elevada do mundo, depois das japonesas. Contudo, a esperança de vida dos homens corresponde à média da União.

Em média, as mulheres passam cerca de 8 anos num estado de incapacidade ou dependência e os homens cerca de 5,5 anos. 1.417.000



peessoas com mais de 60 anos estão numa situação de incapacidade ou de dependência física ou mental. Este número poderá aumentar 6 a 14 % até 2010 e 50 % até 2040.

- **Qual é a idade de reforma legal e qual é a idade média real de reforma (devido a reformas antecipadas, etc.)?**

Desde 1983, a idade legal de reforma é 60 anos. Contudo, este limite é inferior para certos funcionários do sector público (por exemplo, pessoal das forças armadas ou trabalhadores dos caminhos de ferro) e mulheres que tenham tido três ou mais filhos.

A idade média de reforma é na realidade de 61,8 anos. As mulheres reformam-se aos 62,5 anos, os homens aos 60,5.

Cerca de 10% da população reforma-se antes dos 60, 57,3% entre os 60 e os 64 e 33,2 % aos 65 ou mais. A média de idades das pessoas reformadas é de 72 anos.

Actualmente, os franceses vivem uma média de 20 anos após a reforma, contra 10,6 em 1975.

- **Como é que a lei assegura o rendimento básico dos idosos?**

Em França, o esquema geral de reformas garante uma pensão por inteiro (50%) para pessoas que tenham contribuído durante 40 anos. Se não for este o caso, a taxa será inferior. Existe um benefício mínimo de 6.800 Euros por ano e um rendimento mínimo, denominado RMI, de cerca de 400 Euros por mês para as pessoas sós. Para além disso, os serviços sociais concedem diversos benefícios suplementares para os idosos com baixo rendimento: subsídio de alojamento, pagamento das despesas médicas, auxiliares domésticos, auxiliares de enfermagem para cuidados domiciliários, etc.



- **Os filhos são obrigados a prover o sustento dos pais?**

Não há nenhuma lei que obrigue os filhos – mesmo que tenham elevados rendimentos – a sustentar os pais, seja qual for a sua idade ou estado de dependência. Por outro lado, os filhos podem solicitar a um juiz que os constitua guardiães dos pais a fim de poderem gerir os bens destes em caso de incapacidade.²²

Alemanha

Com o aumento da expectativa média de vida nos países desenvolvidos, a preocupação não só com a formação de profissionais que atendem idosos mas também o preparo das pessoas para a velhice, está também a aumentar.

Na Alemanha, a expectativa média de vida está em constante crescimento sendo de 78 anos, nunca tendo sido tão alta. Este aumento da longevidade já criou um novo termo entre os gerontólogos, a “quarta idade”. Mais de 16% da população alemã tem mais de 65 anos. Segundo a psicóloga brasileira Mariana Kranich, que mora há quase 15 anos na Alemanha, o ideal continua a ser o da juventude pois aos 50 anos, as pessoas que perdem o emprego já quase não têm hipóteses de encontrar outra ocupação.

Os idosos alemães são bastante individualistas, a maioria continua a morar nas suas casas. Apesar de viverem sozinhos, têm boas infra-estruturas perto das suas habitações para fazer compras, actividades de lazer e também de atendimento médico. Existem vários projectos de ajuda ao idoso como por exemplo um serviço de entrega de refeições

²² Fonte: http://www.bionetonline.org/portugues/Content/II_leg2.htm



nas suas casas assim como condomínios em que os idosos convivem com casais mais jovens e crianças.

Na Alemanha, os idosos enfrentam o problema da solidão, já que devido ao seu individualismo muitos não moram com as famílias apesar de estas morarem próximas e manterem contacto. Quando estes não têm condições para morar sozinhos, são financiados basicamente pelo seguro de atendimento na velhice que é pago na Alemanha pelas pessoas activas economicamente. Uma garantia que, como conclui Mariana, também pode levar as famílias a não terem a responsabilidade de cuidar de alguém da família.

Apesar do trabalho que tem sido desenvolvido pelas IPSS, o Estado não se tem preocupado o suficiente com o índice de envelhecimento da população para além de algum apoio financeiro que vai prestando às Instituições Particulares de Solidariedade Social, estas sim têm tentado no âmbito dos seus escassos recursos superar carências de idosos acamados através do seu apoio domiciliário garantindo-lhes a higiene pessoal e fornecimento diário de refeições e para aqueles que ainda dispõem de mobilidade, mas que se encontram numa situação de carência de afectos dado o seu isolamento. Os centros de dia permitem aos idosos manter um convívio regular com outros idosos participando nas mais diversas actividades proporcionadas por estas instituições.

Devido a esta situação, a OCDE já aconselhou a Alemanha a aumentar a vida activa dos assalariados. Dado a natalidade ser fraca, a Alemanha poderá ver-se confrontada com penúria de mão-de-obra se a taxa de actividade dos seniores não aumentar nos próximos anos, o que afectaria o crescimento e agravaria a situação das finanças públicas.

A decisão do novo governo alemão de atrasar para os 67 anos a idade de passagem à reforma – que é actualmente de 65 anos – é



aplaudida pela OCDE embora esta se pronuncie a favor de uma aplicação mais rápida desta medida.

O contrato de coligação entre as duas principais formações no poder prevê um alongamento gradual da vida activa, de um mês por ano a partir de 2012. A reforma a 67 anos só se tornaria efectiva a partir de 2035.

A OCDE recomenda igualmente à instituição de um princípio de obrigação de procurar emprego, mesmo para os mais idosos, e medidas favorecendo os programas de formação.

Na faixa etária dos 55-64 anos, apenas duas pessoas em cada cinco têm um emprego da Alemanha, contra três em cinco nos Estados Unidos e 70% na Suécia.

Algumas perguntas e respostas sobre as leis alemãs, respeitantes aos idosos:

- **Que percentagem da população tem mais de 65 anos e quais são as previsões para este grupo etário no futuro? Qual é a esperança de vida e a esperança de vida saudável neste momento?**

Actualmente, na Alemanha, mais de 16% da população tem mais de 65 anos (19,97 % das mulheres e 13,17 % dos homens). Isto significa que existem actualmente na Alemanha mais pessoas com mais de 65 anos do que pessoas com menos de 15.

No ano 2030, mais de 26 % dos alemães terão mais de 65 anos (quase 29 % das mulheres e 23,4 % dos homens). Em 2050 prevê-se que uma em cada três mulheres (32 %) e um em cada quatro homens (25 %) na Alemanha tenha mais de 65 anos.

Neste momento, a esperança média de vida na Alemanha é de 77,5 anos (74,4 para os homens e 80,6 para as mulheres). Estatisticamente, um homem que tenha hoje 60 anos, viverá mais 19



anos, enquanto uma mulher da mesma idade tem uma esperança de vida de 83,3 anos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), na Alemanha a esperança de vida saudável é de 69,4 anos (67,4 anos para os homens e 71,5 anos para as mulheres).

- **Qual é a idade de reforma legal e qual é a idade média real de reforma (devido a reformas antecipadas, etc.)?**

A idade legal de reforma na Alemanha é de 65 anos, mas existem várias regulamentações diferentes para grupos profissionais especiais. Devido a esta grande diversidade de tipos de pensões de velhice, não existem dados disponíveis sobre a idade média real de reforma.

No ano 2000, a idade média da reforma para as pessoas cujas pensões eram pagas pelo estado era de 57 anos. A média de idades de reforma para as pessoas cujas pensões eram pagas pelo seguro legal de pensões ("gesetzliche Rentenversicherung", sobretudo empregados) em 2000 foi de 60,2 anos (59,8 para os homens e 60,5 para as mulheres).

- **Como é que a lei assegura o rendimento básico dos idosos?**

Na Alemanha, muitas pessoas que trabalham directamente para o estado ou em organizações ao abrigo da lei pública ("Beamte", p. ex. funcionários públicos, militares, juízes, etc.) são elegíveis para pensões pagas pelo estado ("öffentlich-rechtliches Altersicherungssystem").

A maior parte dos empregados normais são legalmente obrigados a investir num sistema legal de seguro de pensão ("gesetzliche Rentenversicherung") que, após a sua reforma, pagará uma soma mensal em correlação com o seu anterior salário. Neste sistema, as pessoas actualmente activas têm de auferir o dinheiro destinado a pagar as pensões de reforma dos idosos no mesmo período. Devido às



alterações do padrão etário da população e ao crescente esforço que resulta para a população activa, este sistema tem sido uma das questões políticas mais debatidas dos últimos anos na Alemanha. Os trabalhadores por conta própria não são obrigados por lei a investir neste sistema mas poderão fazê-lo em regime voluntário.

Para além disso, muitos alemães têm planos pessoais de complemento de reforma a fim de assegurar um rendimento mensal adequado quando se reformarem.

- **Os filhos são obrigados a prover o sustento dos pais?**

Neste momento, na Alemanha, em certas circunstâncias, os filhos são, com efeito, legalmente obrigados a sustentar os pais. Os idosos não elegíveis para pensões de qualquer espécie e que não disponham de planos de poupança reforma privados ou não possuam bens – tal como qualquer outra pessoa necessitada – podem candidatar-se à assistência social. Neste caso, as autoridades reclamarão a soma paga junto dos filhos dessas pessoas, caso o seu rendimento mensal ultrapasse um montante específico.

A partir de 1 de Janeiro de 2003, uma nova lei garantirá um rendimento básico para qualquer pessoa com mais de 65 anos que dele necessite. Se um filho dessa pessoa auferir mais de 100.000 Euros por ano, será obrigado a pagar o sustento do progenitor.²³

Dinamarca

O PE (Parlamento Europeu) considera que é essencial que as acções a favor da integração social sejam dotadas de recursos

²³ Fonte: http://www.bionetonline.org/portugues/Content/II_leg2.htm



financeiros suficientes e que as políticas de formação respondam igualmente às necessidades das pessoas mais expostas à exclusão social, como é o caso dos idosos, das pessoas com deficiência ou dos migrantes. Segundo a estratégia de Lisboa, a taxa de emprego dos trabalhadores idosos (de 55 a 64 anos) deverá conhecer um aumento de 50% em 2010. Em 2003, a Dinamarca conseguiu atingir esse objectivo.

Os países com maiores índices de conhecimento informático são os nórdicos, surgindo a Dinamarca em primeiro lugar e um estudo desenvolvido pela Sénior Watch revelou que 47% dos seniores na Dinamarca, já recorriam regularmente à Internet.

Sobre a qualidade dos serviços oferecidos nas instituições de longa permanência, MEIJER (2000) realizou um estudo comparativo sobre financiamento, provisão e qualidade de cuidados em 4 países europeus: Bélgica, Dinamarca, Alemanha e Holanda. A pesquisa verificou que os quatro países enfrentam problemas semelhantes, em relação ao custo elevado dos serviços, considerando que a maioria dos leitos é usada por idosos com grau elevado de dependência. Nesses países, há controle do uso das vagas nas ILPI's, bem como de seus custos. As autoridades encorajam formas menos dispendiosas de cuidados, tais como a permanência dos idosos em seus próprios lares, adiando ao máximo a institucionalização. Os enfermeiros usualmente recebem uma formação específica, durante dois anos ou mais, e actuam em tarefas médicas e farmacêuticas. Os cuidadores realizam os cuidados básicos (p.ex., banho) e a maioria recebe uma formação. A equipa de saúde das instituições é composta de fisioterapeutas, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, na maioria dos países. Em todos os quatro países, existem enfermeiras e auxiliares nas instituições. A opinião dos residentes é considerada nas instituições dos países europeus citados, e, com o objectivo de aumentar a qualidade dos



serviços e a satisfação do utente, as instituições organizam comités de residentes. Caso os residentes apresentem demência, são substituídos por um representante de sua respectiva família.

De acordo com as projecções, o envelhecimento demográfico provocará um aumento considerável no financiamento público dos regimes de pensões na maior parte dos Estados-Membros sendo que para a maior parte dos países (Bélgica, Dinamarca, Alemanha, França, Irlanda, Áustria e Finlândia) o aumento das despesas em relação ao PIB representará 3 a 5 pontos percentuais.

Alguns Estados-Membros, designadamente a Dinamarca e a Finlândia, lançaram programas com vista a sensibilizar os empregadores para as potencialidades da mão-de-obra mais velha.

Outra opção consiste na prestação directa de serviços, como a assistência no domicílio. Na Dinamarca, as autoridades locais prestam ajuda gratuita no domicílio e prevêm visitas preventivas duas vezes por ano a todos os cidadãos a partir dos 75 anos. A fim de incentivar as actividades de cuidados, a segurança social na Alemanha concede subsídios e cobertura de segurança social às pessoas que prestam assistência, incluindo parentes.

Vários Estados-Membros mostraram-se convictos de ter chegado a um regime de pensões que consideram razoavelmente viável à luz do envelhecimento da população. A Dinamarca considera que a situação é perfeitamente gerível, desde que seja prosseguida com êxito a actual estratégia de redução da dívida e promoção do emprego, nomeadamente para as pessoas com uma capacidade de trabalho reduzida.²⁴

Algumas perguntas e respostas sobre as leis dinamarquesas, respeitantes aos idosos:

²⁴ Texto feito com base na informação contida nos seguintes sites:
http://congeminacoes.weblog.com.pt/arquivo/2006/01/longevidade_exi.html
<http://www.agenciafinanceira.iol.pt/noticia.php?id=613043>



- **Que percentagem da população tem mais de 65 anos e quais são as previsões para este grupo etário no futuro? Qual é a esperança de vida e a esperança de vida saudável neste momento?**

Actualmente, na Dinamarca, 15% da população tem mais de 65 anos de idade. Em 2020, 19% dos dinamarqueses terão mais de 65 anos, em 2030 a percentagem será de 21 % e em 2040 de 23%.

A esperança de vida é de 76,7 anos, 74,3 para os homens e 79,0 para as mulheres.

A esperança de vida saudável é de 63,5 anos, 62,9 para os homens e 64,1 para as mulheres.

- **Qual é a idade de reforma legal e qual é a idade média real de reforma (devido a reformas antecipadas, etc.)?**

Na Dinamarca a idade legal para a reforma é 65 anos. Mas se se tiver completado 60 anos antes de 1 de Julho de 1999, só se poderá reformar aos 67. A idade média da reforma é 61-62 anos.

- **Como é que a lei assegura o rendimento básico dos idosos?**

A lei de pensões dinamarquesa (Lov om social pension) de 2001 garante benefícios de valor fixo para todas as pessoas com mais de 65 anos. A pensão nacional é baseada num critério de residência e paga a qualquer pessoa que tenha vivido na Dinamarca durante um mínimo de dez anos, entre os 15 e os 65 anos de idade. Cinco destes dez anos devem ser imediatamente anteriores ao pagamento da reforma.

Para além disso, existe um Fundo suplementar de Pensão do Mercado de Trabalho (ATP) nos termos da lei dinamarquesa sobre pensões suplementares (Lov om Arbejdsmarkedets Tillægspension) a partir de 2001. É um esquema de segurança social obrigatória para



funcionários com benefícios dependentes da duração da afiliação e das contribuições pagas.

- **Os filhos são obrigados a prover o sustento dos pais?**

Não.²⁵

Suécia

No ranking do IPH-2, a Suécia é o país melhor posicionado e no ranking do IDH encontra-se em 5º lugar (dados encontrados no Relatório de PNUD de 2005). Estes dados reflectem o bom momento que a Economia sueca está a atravessar. Ela é das que mais se destaca na Europa, porque está a ser capaz de atingir um crescimento sustentável, ou seja, um desenvolvimento que está a permitir satisfazer as necessidades das gerações presentes, em especial das mais pobres, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Hoje em dia, a Suécia dispõe de um sistema de bem-estar social alargado a toda a população e os seus sistemas educativo e de saúde são dos mais carismáticos. Em 2001, os gastos efectuados em serviços sociais rondaram os 29% do PIB.

Apesar de se poder orgulhar de ter uma sociedade bastante igualitária e de ocupar uma situação privilegiada no cenário internacional, a Suécia tem obstáculos que podem vir a pôr em causa este panorama, se não forem aplicadas novas políticas/medidas e/ou se não for criado (agora) um espaço de manobra suficiente para suportar os gastos posteriormente. Um desses obstáculos é, sem dúvida, o forte

²⁵ Fonte: http://www.bionetonline.org/portugues/Content/II_leg2.htm



envelhecimento populacional que este país tem e que, no futuro, ainda aumentará.

O Estado-Providência sueco – apesar de ter sofrido alterações após a crise do início dos anos 90, de forma a intervir menos na economia – caracteriza-se ainda pelo nível elevado de protecção social que pratica. Com o processo de envelhecimento populacional, os gastos em saúde e na área social tendem a aumentar e, tendo em conta que a Suécia já possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, como conseguirá ela continuar a suportar todos estes custos...

Como está a situação dos idosos na Suécia? Como são tratados? São respeitados os seus direitos? Que medidas estão a ser tomadas?

É claro que nenhum país conseguirá algum dia atingir níveis de perfeição nestes temas. Contudo, podemos afirmar que, indubitavelmente, a Suécia é um país que em termos de respeito e cumprimento dos direitos humanos e, mais especificamente, dos direitos dos idosos tem estado na linha da frente.

A Suécia foi dos países da UE que mais cedo se veio a deparar com o problema do envelhecimento. E porquê? Está provado que quanto mais instruída estiver uma população e quanto mais desenvolvido estiver o sistema de saúde, mais cedo essa população procurará os cuidados médicos, conseguirá providenciar para si melhores cuidados e alimentação, sentir-se-ão mais integrados na sociedade, etc. Este é o caso da Suécia que, assim sendo, aumentou a esperança média de vida à nascença e reduziu imenso as taxas de mortalidade e de natalidade.

Todavia, não existem só lados positivos. Com estas alterações demográficas, os idosos começaram a ser excluídos e hostilizados pela sociedade – uma vez que na Suécia existe quase um idoso para cada pessoa economicamente activa, os contribuintes sentem-se altamente



explorados ao terem que pagar altos impostos para as reformas e de ainda terem de pagar as suas próprias contas. O abuso e crimes contra idosos engrandeceram e, por exemplo, no norte da Suécia, surgem dados que confirmam isso mesmo. 16% das mulheres e 13% dos homens com idades compreendidas entre os 65 e os 80 anos, denunciaram casos de exposição a violência, negligência, importúnios ou injustiça por parte da população em geral mas também no seio de relacionamentos próximos.

Então, fazendo face a estes acontecimentos, o Governo sueco implementou medidas que incluíssem os idosos na sociedade, para que eles não fossem vistos como um “fardo”, mas sim como pessoas úteis para a sociedade. Fez reformas a vários níveis, como ao do trabalho, ao social, ao educacional, ao político, entre outros.

Ao nível do trabalho tentou melhorar as oportunidades de trabalho para os mais velhos – incentivando empresas a adaptarem-se às alterações demográficas –, implementou medidas que evitassem a reforma precoce e que incentivassem os trabalhadores a ficarem mais anos no mercado de trabalho.

Ao nível da educação, o Estado criou centros onde os idosos pudessem aprender a usar o computador e Internet e/ou despertou o interesse dos idosos para esta área (46% dos idosos suecos recorre regularmente à Internet e sabe trabalhar com um computador), incentivou a aprendizagem ao longo da vida (esta formação permite aos trabalhadores mais velhos continuarem competitivos e mantendo níveis de produtividade), deu oportunidade/incentivos aos mais velhos para ingressarem em universidades (são as chamadas Universidades Sénior) para se continuarem a sentir incluídos – *o nível de educação dos homens e mulheres é decisivo na determinação do seu estatuto no mercado de trabalho, nas respectivas oportunidades de carreira profissional, no*



*rendimento de emprego remunerado e na sua situação financeira na velhice*²⁶.

A nível social, têm-se criado programas que visam o voluntariado sénior (como é o caso do “The Grandad Program”, onde voluntários idosos vão à escola para realizar trabalhos de preparação de acontecimentos; para ajudar na organização de trabalhos lúdicos; na resolução de conflitos, etc.), a provisão de serviços financiados pelo Estado que visem a assistência a idosos é maciça, a promoção de encontros intergeracionais, entre muitos outros.

A nível político, apenas temos a referir a elevada participação e interesse políticos dos idosos, onde a participação decresce um pouco só para as idosas com mais de 75 anos.

Em conclusão, como podemos verificar a Suécia é um país que, como muitos outros, está a passar por alterações demográficas que têm vindo a provocar transformações sociais. Contudo, o seu esforço por incluir a população em geral e, especialmente, a mais idosa é notório e louvável.²⁷

²⁶ Retirado do documento com o seguinte endereço: <http://www.own-europe.org/meri/pdf/meri-summary-pt.pdf>

²⁷ Texto realizado com base numa compilação de informações que se podem encontrar no documento 22, em anexos III



- Quais os direitos que protegem os idosos?

De forma a responder a esta questão, elaborámos pesquisas sobre quais os Direitos dos Idosos e as medidas que estão a ser implementadas pelos países analisados anteriormente.

Direitos dos Idosos

Depois de efectuada a pesquisa sobre quais os Direitos dos Idosos (encontra-se uma cópia integral dos Direitos dos Idosos no Anexo II), observámos que existem cinco princípios que devem ser respeitados e aplicados a todos os idosos, sem excepção. São estes: a Independência, a Participação, o Cuidado, a Realização Pessoal e a Dignidade. De seguida, apresentamos uma selecção dos direitos que considerámos mais importantes (referentes a cada um dos princípios):

«Os idosos devem ter acesso a uma alimentação adequada, água, abrigo, roupa e cuidado de saúde adequados através da provisão de uma reforma, do apoio da família e a sustentação e auto-ajuda da comunidade.»

«Os idosos devem permanecer integrados na sociedade, participar activamente na formulação e na execução das políticas que afectam directamente o seu bem-estar e compartilham de seus conhecimento e habilidades com as gerações mais novas.»

«Os idosos devem utilizar os níveis apropriados do cuidado institucional que fornecem a protecção, a



reabilitação e a estimulação social e mental num ambiente humano e seguro.»

«Os idosos devem perseguir oportunidades para o desenvolvimento máximo do seu potencial.»

«Os idosos devem ser tratados justamente não obstante a idade, o sexo, fundo racial ou étnico, inabilidade ou o outro estado, e serem avaliados independentemente de sua contribuição económica.»

Medidas de apoio aos idosos

Com os dados recolhidos em diversos sites, elaborámos a seguinte tabela onde podemos encontrar as medidas por nós pesquisadas que cada país está a tomar de forma a apoiar os idosos.

Países	Medidas
Portugal	- Implementar a reforma dos regimes de pensões, com o objectivo de melhorar a sustentabilidade financeira e garantir a existência de recursos suficientes para pensões adequadas, designadamente através da promoção do prolongamento da vida activa e da definição de estratégias de envelhecimento activo, promotoras de vidas profissionais saudáveis e mais longas em empregos de qualidade; - Os Centros de Dia proporcionam aos idosos, actividades, refeições, serviços de lavandaria, higiene, assistência medicamentosa e consultas em



	Centros de saúde; - As autoridades do país estão a promover respostas adequadas às necessidades dos idosos em situação de dependência nas diferentes fases de evolução da doença e com problemas sociais; - Prestação de um Complemento Solidário para Idosos, lançado em 2006, que será progressivamente alargada a todas as pessoas com mais de 65 anos. Este complemento é financiado pelas receitas fiscais; - O novo plano de implementação elaborado pelo governo, pretende melhorar o acesso (devendo a implementação estar organizada a todo o território nacional até 2016), de forma a lançar campanhas de informação e reforçar a utilização das tecnologias da informação e comunicação (telemedicina e centros de chamadas). - Apoio domiciliário - Atendimento social - Centros de Dia/Convívio - Centros de Noite - Acolhimento Familiar - Complemento solidário para idosos²⁸
Dinamarca	- Existe um controlo do uso de vagas nas ILPI's (Instituições de Longa Permanência para Idosos), bem como dos seus custos;

Informação das medidas que cada país está a tomar recolhidas nos sites:

²⁸ http://ec.europa.eu/employment_social/social_inclusion/docs/2007/joint_report/pt_pt.pdf



	- O Governo encoraja os idosos a permanecer nas suas próprias casas, adiando ao máximo a institucionalização; - A equipa de saúde das instituições é composta por fisioterapeutas, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e enfermeiros. Os enfermeiros recebem formação para que possam actuar em tarefas médicas e farmacêuticas.²⁹
Alemanha	- Pôr à disposição dos idosos boas infra-estruturas de lazer e atendimento médico; - Implementação de alguns projectos, tais como: serviços de entrega de refeições em casa e condomínios em que idosos convivem com casais jovens e crianças; - Os idosos que não podem morar sozinhos são financiados basicamente pelo seguro de atendimento na velhice, pago na Alemanha pelas pessoas economicamente activas.³⁰
Suécia	- A população da Suécia está em processo contínuo e de profundo de envelhecimento. Os gastos do governo com saúde e providência, que já são altos, tendem a aumentar; - Uma elevação de taxas, opção teórica para solucionar o problema, é considerada inoportuna, pois a Suécia já possui uma das maiores cargas tributárias do mundo; - O governo tem ampla participação na economia e

²⁹ <http://www.portaldoenvelhecimento.net/modos/modos10.htm>

³⁰ http://congeminaoes.weblog.com.pt/arquivo/2006/01/longevidade_exi.html



	os mais velhos necessitarão de cada vez mais recursos/serviços públicos ao seu dispor. Contenção de gastos, (privatizações), aumentos na produtividade e na eficiência governamental e uma elevação dos impostos são algumas das possibilidades para a superação deste problema; - “The Grandad Program” tem por objectivo a organização de grupos de voluntários idosos que vão a escolas realizar trabalhos de preparação de acontecimentos, para ajudar na organização de trabalhos lúdicos, na resolução de conflitos, etc; - Promoção de encontros intergeracionais; - Provisão de serviços financiados pelo Estado que visem a assistência a idosos é maciça.³¹
Itália	- O Estado implementou algumas medidas, tais como: políticas sociais para a família, que visa o conhecimento das famílias que vivem na região, redistribuição de recursos colectivos às famílias económica e socialmente desfavorecidas; - Serviços de saúde alternativos à cobertura RSA (prestada em residências de assistência sanitária a idosos); - A família é ajudada na prestação de assistência ao próprio idoso sem esta se ver obrigada a hospitalizá-lo; - Foi aprovado pela maioria das regiões um plano social e regional que permite aos Governos integrar melhor as estratégias de luta contra a exclusão

³¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_da_Su%C3%A9cia#Envelhecimento_da_popula.C3.A7.C3.A3o



	social. ³²
França	- Os 71.000 imigrantes estrangeiros idosos beneficiários em França de subsídio de habitação, assistência na doença ou assistência na velhice receberão subsídios em qualquer local onde residam; - Implementação de “Serviços Comunitários de Proximidade”, onde se prestam serviços domiciliários e se desenvolve uma rede de Unidades de Saúde Familiar (USF).³³
E.U.A.	- Entre muitas iniciativas que o governo criou para apoiar os idosos, têm o “FirstGov for Seniors” que traz na Internet informações capazes de ajudar os idosos; - Protecção ao consumidor da terceira idade, educação e treino para actividades produtivas, saúde, legislação, planos de aposentadoria, planeamento estratégico, assistência tributária, viagens, trabalho e voluntariado, além de um plano especial de fornecimento de computadores e ensino de informática para os mais idosos.³⁴

³² [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32001A0309\(03\):PT:HTML](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32001A0309(03):PT:HTML)
<http://www.apfn.com.pt/Boletim/12/familia.htm>
<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10616.htm>

³³ <http://www.imigrante.pt/noticias/200.html>

³⁴ http://www.neofito.com.br/artigos/art03/varios_pdf017_neofito.pdf
<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a06n7.pdf>



CONCLUSÃO

Após a realização deste trabalho, chegámos a algumas conclusões, que passamos a enunciar.

Em relação à pobreza:

A análise empírica realizada permite-nos concluir o seguinte:

Existem disparidades nos vários países analisados, em que nuns, o IPH2 apresentava valores muito altos (como por exemplo, a Itália com 29.9%) e noutros valores muito baixos (como por exemplo a Noruega com 7% e a Suécia com 6.5%).

Há países em que a diferença entre a ordem da ordem no IDH e no IPH-2 é notória. Tal é o caso de países, como a Austrália e a Irlanda (que apresentam uma melhor classificação no IDH do que no IPH-2) e a Dinamarca e a Alemanha (que pelo contrário, apresentam melhor classificação no IPH-2 do que no IDH).

Relativamente à probabilidade da não sobreviver até aos 60 anos, constatámos que no Japão e na Suécia os sistemas de saúde devem ser eficazes, pois estes apresentavam valores reduzidos.

Na área do conhecimento, deparámo-nos com valores muito discrepantes. A Itália apresenta uma taxa de iliteracia que alcança quase metade da população e, por outro lado, a Suécia e Noruega com valores que reflectem a sociedade desenvolvida que têm.

É curiosa a constatação que se pode fazer: os países da Europa, que têm como base um modelo que protege os cidadãos e que os apoia no sentido de manterem/terem um nível de vida digno, são aqueles que para este indicador, percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento disponível ajustado das famílias), têm os valores mais reduzidos. Os países que não pertencem à Europa (como o Japão, EUA, Austrália e Canadá) se encontravam todos com valores um pouco mais altos.



Quanto ao desemprego de longa duração, a Alemanha surgiu-nos destacada pela negativa. Os 5% apresentados pela Alemanha demonstram que esta se deveria preocupar mais com a área da exclusão e participação, uma vez que, como pudemos constatar, este não é um problema recente.

Em relação aos idosos:

A principal conclusão que podemos desde já retirar do trabalho é que em todos os países analisados têm havido alterações demográficas com o envelhecimento populacional.

Na teoria, verificamos que em todos os países há uma forte preocupação em inserir os idosos na comunidade. Contudo, na prática, verificámos que estes países não têm conseguido atingir esse objectivo e/ou não se têm esforçado o suficiente.

Podemos falar de dois tipos de apoio aos idosos: apoio financeiro (reformas) e o apoio afectivo.

Relativamente ao apoio financeiro, podemos concluir que este é prestado, em maior ou menor quantidade, em todos os países analisados. Mesmo assim, ainda é frequente, especialmente em Portugal, encontrarmos idosos na (extrema) pobreza sem condições para terem uma vida digna, como verificámos na taxa de pobreza dos idosos.

No que diz respeito ao apoio afectivo, constatámos que existe uma forte carência da população em o prover – em parte devido às novas mentalidades.

Apurámos que existem diversos factores que influenciam a forma como os idosos são tratados em cada sociedade. Para alguns dos países que estudámos, deparámo-nos com a existência de três modelos base: o anglo-saxónico, o sueco e alemão e o francês.

Também verificámos que as políticas/medidas para a inclusão dos idosos têm vindo a aumentar bem como os avanços na saúde.



Nos países analisados encontrámos algumas medidas implementadas pelos seus Estados. No entanto, muitas vezes, estas não são alargadas a toda a população idosa.

Têm surgido incentivos aos idosos para que estes se mantenham activos e inseridos na sociedade, nomeadamente, iniciativas para a aprendizagem das NTIC'S e para o regresso à escola.

Em alguns países analisados, constatámos que, para além das reformas, existem alguns subsídios que complementam as reformas. São exemplos a França, Portugal e Alemanha.

Todo o idoso tem direito à independência, à participação, ao cuidado, à realização pessoal e à dignidade.

Podemos afirmar que a família e o Estado se preocupam muito em assegurar um nível de vida digno à população em geral.

Ao longo deste trabalho, a principal dificuldade encontrada para a sua realização foi a falta de informação. Contudo, como nos dizem Samuelson e Spirer (no Relatório do PNUD de 2000) “a falta de dados é um dado revelador”. Assim, podemos afirmar que apesar da crescente preocupação dos Estados para com os idosos, os esforços realizados ainda não são suficientes.



BIBLIOGRAFIA

- MENDES, Helena; SILVA, Elsa – “Economia C” 12º Ano: Plátano Editora, Maio de 2006. ISBN 972-770-450-6
- PEIXOTO, Margarida; TABORDA, Ana – O País na Sombra. DiaD. Edições Público. 10/11/2006, Ano 2, Nº60, p. 18-27.
- Relatório do PNUD de 1997
- GIDDENS, Anthony – “Sociologia”: Calouste Glubenkian, Lisboa, 1997. ISBN 972-31-0758-9
- TODD, Emmanuel – “A Ilusão Económica”: Instituto Piaget, Lisboa, 1999. ISBN 972-771-110-3
- BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas; ROSA, Maria João Valente; ET ALII – “A Situação Social em Portugal, 1960-1999”: Imprensa de Ciências Sociais, Outubro de 2000. ISBN 972-671-064-2
- PNUD – “Relatório do Desenvolvimento Humano, 2000”; Trinova Editora. ISBN 972-9338-25-6

Livros consultados onde não conseguimos obter informações (apesar dos títulos nos sugerirem o contrário) que nos pudessem auxiliar na elaboração do trabalho:

- TOURAINE, Alain – “Iguais e Diferentes – poderemos viver juntos”: Instituto Piaget, Lisboa, 1998. ISBN 972-771-063-8
- GUÉRY, Gabriel – “Viver a Europa Social”; Instituto Piaget, Lisboa, 1998. ISBN 972-8329-83-0
- CLAMEN, Michel; NONON, Jacqueline – “A Europa no Plural – doze países no singular”; Instituto Piaget, Lisboa, 1998. ISBN 972-8407-23-8
- HEGARTHY, Angela; LEONARD, Siobhan – “Direitos do Homem – uma agenda para o século XXI”; Instituto Piaget, Lisboa, 2003. ISBN 972-771-662-8



NETOGRAFIA

- <http://www.exames.org/apontamentos/index.php?action=file&id=202>
- www.undp.org
- <http://www.exames.org/apontamentos/index.php?action=file&id=202>
- [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32001A0309\(03\):PT:HTML](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32001A0309(03):PT:HTML)
- <http://www.apfn.com.pt/Boletim/12/familia.htm>
- <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10616.htm>
- http://www.neofito.com.br/artigos/art03/varios_pdf017_neofito.pdf
- <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a06n7.pdf>
- http://www.bionetonline.org/portugues/Content/II_leg2.htm
- http://congeminacoes.weblog.com.pt/arquivo/2006/01/longevidade_exi.html
- <http://www.agenciafinanceira.iol.pt/noticia.php?id=613043>
- <http://www.own-europe.org/meri/pdf/meri-summary-pt.pdf>
- http://www.cite-sciences.fr/francais/ala_cite/science_actualites/sitesactu/question_actu.php?id_article=2132&langue=fr
- <http://sic.sapo.pt/online/noticias/mundo/20070312+Chirac+fora+da+corrida+presidencial.htm>
- <http://www.portaldoenvelhecimento.net/artigos/artigo2009.htm>
- http://www.rfi.fr/actubr/articles/079/article_532.asp
- <http://www.melchior.fr/melchior/melchior.nsf/allbyID/6C0FB44CDEEA1454C125724100377AC1>
- http://dn.sapo.pt/2005/11/11/editorial/emigracao_e_exclusao_europa.html
- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89564.shtml>
- <http://66.102.9.104/search?q=cache:QvTuAz7uqw0J:europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do%3Freference%3DIP/98/295%26format%3DPDF%26aged%3D1%26language%3DPT%26guiLanguage%3Den+discrimina%C3%A7%C3%A3o%2Bfran%C3%A7a&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=10&gl=pt>



- http://www.odps.org.pt/entrevistas_files/pdf_outras/ent04.pdf
- http://dn.sapo.pt/2006/05/08/economia/envelhecimento_coloca_portugal_cada.html
- <http://www.advita.pt/index.php?id=0,0,0,1,0,0>
- http://dn.sapo.pt/2005/11/21/suplemento_negocios/complemento_pensoes_para_idosos_cust.html
- http://ec.europa.eu/employment_social/social_protection/docs/goteborg_pt.pdf
- <http://www.portaldoenvelhecimento.net/modos/modos10.htm>
- <http://www.rtp.pt/index.php?article=219569&visual=6>
- <http://www.europarl.europa.eu/highlights/pt/1101.html>
- http://www.debatereducacao.pt/index.php?option=com_joomlaboard&Itemid=3&func=view&catid=5&id=380
- http://www.presidencia.pt/docs/ficheiros/CCCI_Interv_CarlosFarinhaRodrigues.pdf
- http://ec.europa.eu/employment_social/social_inclusion/docs/2007/joint_report/pt_pt.pdf
- <http://www.portaldoenvelhecimento.net/modos/modos10.htm>
- http://congeminacoes.weblog.com.pt/arquivo/2006/01/longevidade_exi.html
- [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32001A0309\(03\):PT:HTML](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32001A0309(03):PT:HTML)
- <http://www.apfn.com.pt/Boletim/12/familia.htm>
- <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10616.htm>
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_da_Su%C3%A9cia#Envelhecimento_da_popula%C3%A7%C3%A3o
- <http://www.imigrante.pt/noticias/200.html>
- http://www.neofito.com.br/artigos/art03/varios_pdf017_neofito.pdf
- <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a06n7.pdf>



AUTO-AVALIAÇÃO

Ângela – Muito Bom, porque me empenhei muito para a realização do trabalho.

Daniel – Bom-, porque tentei realizar todas as tarefas com empenho que me foram propostas.

João Rodrigues – Bom-, porque tentei fazer as tarefas que me cabiam o melhor possível.

Sara – Bom+, porque realizei todas as tarefas atempadamente e me esforcei por fazer o melhor possível.

HETERO-AVALIAÇÃO

Ângela – Muito Bom+, visto ter sido empenhada e perfeccionista durante a realização de todo o trabalho.

Daniel – Bom-, porque apresentou sempre trabalho com qualidade, ao longo do ano revelou interesse pelo trabalho. Foi sempre assíduo.

João R. – Bom-, porque se esforçou procurando dar o seu melhor em prol do trabalho de grupo. Foi sempre assíduo a todas as reuniões. Dedicou-se ao trabalho.

Sara – Muito Bom-, porque apresentou sempre os trabalhos que lhe cabiam atempadamente e com boa qualidade. Revelou sempre interesse pelo trabalho, procurando estar sempre informada relativamente ao mesmo.